13º FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
FEPEG
A UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE
DIÁLOGOS E CONSTRUÇÕES
Realização: Unimontes, Minas Gerais, PIBID Unimontes, Residência Pedagógica Unimontes
Apoio: FAPEMIG, FADENOR
ISSN: 1806-549X

AUTOR(ES): LARA VITÓRIA E SOUSA PESSANHA DOS SANTOS, MAYRA MAYRINK COSTA, CAMILA ARAÚJO LEAL, LÍVIA FONSECA OLVEIRA, HINGRIDY GONÇALVES VELOSO, MARIA TERESA LEÃO WANDERLEY e FELIPE FRÓES COUTO.

A CORRUPÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA TEÓRICA DE RAYMUNDO FAORO[1]

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho examina a perspectiva teórica de Raymundo Faoro acerca da corrupção no Brasil, investiga a sua origem na história do país, as suas formas de manifestação, e visa responder à seguinte questão: Para Raymundo Faoro, qual é a origem da corrupção no Estado Brasileiro e de que forma ela afeta o país?

Após explosão da Lava Jato, que hoje é considerada um dos maiores escândalos de corrupção na história brasileira, vieram à tona muitos debates no Brasil acerca do beneficiamento de agentes públicos frente às verbas e recursos públicos. De acordo com a revista Exame, em Julho de 2019 a força-tarefa da Lava Jato recuperou mais R$ 67 milhões que haviam sido desviados, e até o ano de 2019 recuperou mais de 13 bilhões de reais, mas apesar desse escândalo ainda ser recente e ter exposto a corrupção de um modo nunca visto antes, não é de hoje que isso ocorre no Brasil. Desde o período colonial observamos na história político-social de nosso país agentes que deveriam por constituição e lei atentarem-se para a população e os problemas sociais nacionais virarem as costas para seu povo e atender apenas aos seus interesses pessoais.

A importância do estudo se dá pela necessidade de compreender a fundo a nossa história e a origem de nossos comportamentos tradicionais tão patrimonialistas e imorais, que hoje refletem na nossa administração pública e no comportamento dos agentes que se deixam corromper pelo poder e pela possibilidade de atender aos seus interesses privados, pois, a corrupção é um fenômeno que afeta todas as sociedades políticas, porém, as práticas definidas como corruptas e corruptoras não são idênticas e possuem influências das dimensões histórica, cultural e institucional (AZEVEDO; FERNANDES, 2017).

Se em tempos coloniais a corrupção e o desleixo para com a população e suas urgentes demandas ocorriam por baixo das sedas e títulos, longe do conhecimento da população, hoje observamos integrantes do Estado se beneficiarem dos recursos públicos em prol de seus interesses pessoais de forma clara e até mesmo escancarada. Contudo, não é de hoje que o assunto vem sendo abordado. Há anos a corrupção e as manivelas que a sustentam vêm sendo debatidas por diversos estudiosos. Entre eles, está Raymundo Faoro, escritor, advogado e jurista gaúcho, hoje considerado leitura obrigatória pela sua importância nos estudos acerca dos problemas políticos brasileiros e pela sua dedicação ao estudo da formação do Estado Brasileiro, analisando as obras de Faoro, podemos perceber que a corrupção no Estado Brasileiro é algo presente no Brasil desde a sua colonização, se trata de uma prática herdada dos nossos colonizadores Portugueses.

2. METODOLOGIA

O presente trabalho se trata de um ensaio teórico, pois objetiva ser um texto para discutir tema da corrupção sobre a perspectiva de Raymundo Faoro e possui relevância teórica e científica, realizado a partir de uma revisão de literatura, pautada em uma pesquisa exploratória, descritiva, que teve como base documentos, livros e artigos disponibilizados online. A pesquisa tem por objetivo compreender como a corrupção se aplica a partir dos agentes do Estamento desde o início da História do Brasil – dentro da perspectiva de Faoro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As obras de Raymundo Faoro são indispensáveis para entendermos a origem do Estado Brasileiro e o início dos seus problemas políticos que persistem nos dias atuais. Na visão de Faoro (2001), grande parte dos problemas que hoje temos no Brasil atual se originam da tradição deixada por Portugal na colonização do país a partir de 1500. Para

[1] Agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIMONTES (BIC-UNI)

ISSN: 1806-549X

ele, Portugal trouxe consigo o Patrimonialismo e a dificuldade dos agentes públicos para distinguir e separar o público do privado.

A Coroa Portuguesa era caracterizada pela pessoalidade das relações políticas e sociais, fruto de grandes influências da igreja católica e da visão do reino como propriedade negocial do rei (FAORO, 2001). Logo nos primeiros séculos do Reino de Portugal, as terras do rei, assim como seus tesouros e propriedades se confundiam com o patrimônio público, e as atividades exercidas pela mesma visavam atender aos seus próprios interesses (FAORO, 2001), caracterizando o Reino Português como patrimonialista.

Dentro da perspectiva de Faoro (2001), o rei, na verdade, era o senhor de tudo e como expressão de sua autoridade incontestável, bebida da tradição visigótica e do sistema militar.

> "[...] ao cargo patrimonial é desconhecida a divisão entre a "esfera privada" e a "oficial". A administração política é tratada pelo senhor como assunto puramente pessoal, bem como o patrimônio adquirido pelo tesouro senhorial em função de emolumentos e tributos não se diferencia dos bens privados do senhor. Por tal razão, o príncipe lida com os assuntos da corte – públicos segundo a acepção moderna – de forma eminentemente privada, posto que o patrimônio pessoal do governante e a coisa pública são amalgamadas em uma esfera apenas, comandadas e livremente dispostas por ordem da autoridade política. Os interesses pessoais da autoridade não distinguiam a sua dimensão íntima da administrativa, não havendo separação entre a seara do indivíduo em relação ao mister público que ocupava. Sua forma de administração obedecia unicamente ao livre-arbítrio, baseada em "considerações pessoais" como salienta Weber, desde que a santidade da tradição, vigente desde sempre, não lhe imponha limites muito rígidos e diretos. (SILVEIRA, 2006)

Estes traços são peculiares de um estado patrimonialista caracterizado pelo fato de os indivíduos não saberem distinguir e separar as esferas públicas e privadas, e manter relações sociais pautadas em seus interesses pessoais. Portanto, para Campante (2003), o patrimonialismo explica a fundamentação do poder político, como o mesmo se organiza e se legitima, e caracteriza-se pelo poder político organizado através do poder arbitrário/pessoal do príncipe e legitimado pela tradição. Esta legitimação pela tradição é ambígua em relação à tendência dos dirigentes ao arbítrio pessoal, pois, ao mesmo tempo que a tradição a ampara, ela também a limita ao reconhecer os seus subordinados diretos e imunidade sagrados pelo tempo e costumes.

Para Faoro (2001), a elite à frente do Estado é chamada Estamento Burocrático, composto por um conjunto de pessoas que governam de acordo com seus interesses próprios sem se atentar para as reais necessidades da nação e seus devidos problemas sociais, econômicos, raciais e políticos, uma vez que tal situação de miséria e descontrole político/social contribui para o fortalecimento do Estamento Burocrático e suas ações em prol de si mesmo.

O Estamento surge enquanto pacto entre a Burguesia e a Coroa, com o objetivo de impedir a implantação de um Governo de Mercado e a manutenção do Governo Absolutista no qual a nobreza e o clero seriam afastados e a burguesia seria diretamente associada à coroa, criando uma nova categoria de agentes públicos que ocupavam cargos a fim de atender aos seus interesses privados. Com a diminuição do poder da nobreza e do clero, e o fortalecimento da burguesia em Portugal, o patrimonialismo e, consequentemente, o Estamento, ganharam ainda mais força no país, contribuindo para a persistência do poder absoluto do rei e manutenção dos interesses daqueles que compunham o Estamento. Assim,

> [...] a associação entre uma nobreza com bem menos privilégios, se comparada aos casos "clássicos" antes mencionados, com uma burguesia sem ideologia própria (ou seja, formada à sombra do estado e muitas vezes avessa à conferência e às regras liberais de mercado), sustentava o poder absoluto do rei, o que contribuiu para o fortalecimento dos mecanismos e dos arcabouços propícios para a institucionalização do estamento burocrático em Portugal. (TAVARES; FONSECA, 2009, p. 65)

Os agentes do Estamento Burocrático se apossam do cargo público, constituindo então uma nova categoria na qual as atividades econômicas são orientadas pela política e pelos interesses pessoais e econômicos, assim, consequentemente, o Estado se confunde com o empresariado e com os valores pessoais daqueles que o integram (SILVEIRA, 2006).

O estamento burocrático não pode ser considerado uma classe social pois, nasce de interesses próprios de indivíduos do mercado e do jogo político. Nessa atuação, podemos dizer que o estamento seria mais uma camada social do que uma classe social, é um grupo social formado por pessoas que compartilham entre si interesses parecidos, e que usufruem do prestígio do seu poder político e social em prol de si mesmos (FAORO, 2001).

O problema que dá início a todos os outros, para Faoro (2001), é exatamente o fato do Brasil ter herdado diversas características de Portugal, entre elas o patrimonialismo e a falta de um pensamento político. Na sua obra "A República Inacabada", Faoro (2007) mostra que, para ele, o pensamento político brasileiro, na sua origem, é o pensamento político português. Para o autor, o Estado português, caracterizado como patrimonialista, deixou no Brasil efeitos econômicos que se prolongam desde o século XX até os dias atuais.

O resultado disso é que, assim como Portugal, temos uma mistura entre público e privado, pois as pessoas que formam o estamento burocrático são as que se apropriam dos ganhos econômicos. De acordo com Faoro (2001), a camada social que forma o estamento varia e se transforma, mas ainda assim permanece a característica de não representação do povo e de seus interesses.

Na história do Brasil, independente de quem seja o rei, o imperador ou o presidente, essas figuras de poder têm a função de chefiar o estamento burocrático brasileiro que regula as relações sociais. Na perspectiva do autor, houve no Brasil um enraizamento histórico de um padrão de poder corrupto, um poder que era e ainda é utilizado para trazer benefícios aos seus detentores e que pouco atende o povo (FAORO, 2001). Mas por que esse padrão de poder ainda se perpetua no Brasil? Isso ocorre porque em seis séculos de história no Brasil "[...] uma estrutura político-social resistiu a todas as transformações fundamentais, aos desafios mais profundos, à travessia do oceano largo." (FAORO, 2001, p. 819). O que sustenta até hoje esse padrão de poder é exatamente o fato de fugirmos de transformações, permitindo que se perpetuem os nossos costumes seculares corruptos e patrimonialistas.

4. CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado de forma resumida, podemos perceber que, para Faoro, a questão da corrupção vai além de apenas um desvio de caráter. O autor, em sua perspectiva liberal, previa que, quanto menor o Estado, menor a capacidade de influência do Estamento Burocrático. O real problema para Faoro não era o fato de o empresariado ser corrupto, mas sim o fato dele ocupar cargos públicos e tirar vantagens de sua posição de poder. O que se pode questionar em sua obra é o fato de que o autor atribui a causa-raiz da corrupção à estrutura do Estado, ignorando totalmente que a gênese de toda a base cultural corrupta não está no Estado, e sim nos costumes da iniciativa privada, onde os agentes tomam posse de cargos públicos e colocam seus interesses próprios à frente dos interesses do povo, fato esse que contribui para que as manivelas e engrenagens que constituem o Estado e o Estamento Burocrático continuem a se mover em prol do benefício pessoal, individual e econômico dos grupos que constituem o Estamento burocrático, como bem podemos ver ao enxergar com olhos críticos toda a história política de nossa nação.

5. AGRADECIMENTOS

Agradecimentos ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIMONTES (BIC-UNI) pelo apoio financeiro e logístico e ao Programa de Pesquisa em Finanças Públicas, Controle e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU) pelo apoio didático-pedagógico para a execução do projeto.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Anna Carolina de Oliveira; FERNANDES, Rômulo Magalhães. **Corrupção e Pensamento Social Brasileiro: Abordagens e Críticas a Partir das Interpretações de Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro.** Revista da CGU, Brasília, v. 9, n. 15, Jul/Dez 2017. Disponível em: https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/27783/3/V9.n15_Corrupcao_e_pensamento.pdf. Acesso em: 3 set. 2019.

CAMPANTE, Rubens Goyatá Campante. **O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira.** SciELO, [*S. l.*], v. 46, n. 1, p. 153-193, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582003000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 4 set. 2019.

FAORO, R. **A República Inacabada.** São Paulo: Globo, 2007.

FAORO, R. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.** 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

Lava Jato recupera mais R$ 67 milhões que haviam sido desviados. Exame, 20019. Disponível em: https://exame.abril.com.br/brasil/lava-jato-recupera-mais-r-67-milhoes-que-haviam-sido-desviados/. Acesso em: 03/09/2019.

LOPES, Herton Castiglioni. **A corrupção no estado: Uma análise histórica e institucionalista a partir das contribuições de Raymundo Faoro e Sérgio Buarque de Holanda.** Gestão Pública: Práticas e Desafios, [*S. l.*], 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1861. Acesso em: 23 ago. 2019.

13º FÓRUM ENSINO · PESQUISA EXTENSÃO · GESTÃO
FEPEG
A UNIVERSIDADE NA CONTEMPORANEIDADE
DIÁLOGOS E CONSTRUÇÕES
Realização: Unimontes, Minas Gerais, PIBID Unimontes, Residência Pedagógica Unimontes
Apoio: FAPEMIG, FADENOR
ISSN: 1806-549X

SILVEIRA, Daniel Barile da**. Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro: Uma releitura do pensamento do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna.** Pública Direito, [*S. l.*], 30 ago. 2019. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/081.pdf. Acesso em: 22 ago. 2019.

TAVARES, Paulino Varela; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Estamento Burocrático e Intencionalidade: Raymundo Faoro, Florestan Fernandes**. Revista de Economia Política e História Econômica, [*S. l.*], n. 16, p. 56-74, 16 jan. 2009. Disponível em: http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/estamento_burocratico.pdf. Acesso em: 4 set. 2019.